

REVISTA HISTORAR

Marta Raquel Oliveira de Carvalho

Mestranda em Letras pela Universidade Federal do Ceará

Francisco Thibério Arruda Sales

Mestrando em Letras pela Universidad de Buenos Aires

UMA “LONGA IDADE MÉDIA” NO SERTÃO BRASILEIRO SOB A ÓTICA DOS ANNALISTES

Resumo

O colonizador ibérico trouxe para as Américas muito da mentalidade medieval, presente em sua visão mundo, subsidiando as bases sócio-histórico-culturais da colônia. Estes povoaram o litoral brasileiro e, posteriormente, adentraram o sertão, que, por ser uma região de difícil acesso, possibilitou a conservação de muitos substratos mentais que compunham esta mentalidade, sobretudo, na cultura popular. Esses primeiros aventureiros eram pessoas simples, pouco cultas e distantes dos preceitos quinhentistas, mais centrados em torno da elite intelectual da época. Partindo dessa perspectiva, discutiremos acerca da periodização canônica e as polêmicas questões envolvendo o início e o fim Idade Média, com o intuito de justificar confluências de traços do medievo ibérico junto à cultura sertaneja. Para tanto utilizaremos o conceito de “longa Idade Média” Le Goff (2011), subsidiados pela revisão historiográfica dos *Annalistes*.

Palavras-Chave: Idade Média – *Annalistes* – Sertão - Cordel.

1. Considerações iniciais

Conceituar as categorias de tempo e espaço tem sido um dos grandes desafios da humanidade desde a Antiguidade até hoje. Aristóteles, em particular no livro *Sobre a Alma* (2010), já procurava explicar essas categorias que, em seu entendimento, possibilitavam aos homens a classificação dos fatos sensíveis.

É certo que concretizamos as ações humanas quando elas tão-somente podem ser denotadas sob uma lógica interpretativa, à medida que não são dissociadas do tempo e do espaço em que são produzidas. Geralmente, são delimitadas pela memória, individual ou coletiva, possibilitando, assim, uma maior apreensão e representação da realidade vigente.

No entanto, extrapolamos o limite espaço-temporal quando nos deparamos com o fato de que no sertão nordestino há uma nítida confluência entre os elementos antigos e novos que compõem a sua tradição sócio-histórico-cultural. Isso, por conseguinte, tangencia direta ou indiretamente à cultura artística local.

Porém, não é forçoso dizer que esse antigo conserva algo de imemorial. Fato que pode ser justificado pela longa duração da cultura medieval, que nos foi legada pelos colonizadores ibéricos, de forte tradição oral, transmitida através dos romanceiros, dos contos maravilhosos e das histórias de cavalaria. Esta foi revivificada pelos poetas e escritores brasileiros, eruditos ou populares através de recriações aclimatadas à realidade do lugar. (SIQUEIRA, 2007)

Segundo Weinhardt (2002, p. 105) “O passado é uma empresa do imaginário, seja no plano da história, seja no plano da criação literária” À vista disso, podemos inferir que, por se encontrar no plano do imaginário, ele possui um forte teor simbólico, que permite a sua atualização, sem, contudo, perder as suas características essenciais.

De fato, isso acontece também porque, de alguma forma, foi conservado na memória popular, sendo constantemente rememorado. Podemos citar como exemplo a literatura de cordel conservando, ainda nos dias atuais, a forma estética e muitas das temáticas que foram herdadas do medievo ibérico, reproduzindo, por sua vez, um imaginário medieval que se conformou à cultura sertaneja, ganhando atemporalidade, singularidade e, sobretudo, novos traços.

Ao analisarmos atemporalidade sertaneja absorva nesta atmosfera medieval, defrontamo-nos com uma polêmica discussão sobre o tempo, uma vez que não podemos negar a condição humana atrelada à ação material deste, mormente, nas manifestações na cultura popular, destacando-se, entre elas, o cordel. Os elementos de períodos históricos diferentes podem manifestar-se em confluência, como acontece no sertão nordestino, cujos substratos medievais estiveram presentes em muitas manifestações artísticas recriadas pelo

sertanejo.

As riquezas das reapropriações artísticas, tributárias do medievo, foram lapidadas pela criatividade do poeta popular, haja vista que o tempo é o grande formador de substratos mentais, que vão sendo sedimentados por longos períodos nas civilizações, que ao entrecruzarem-se, são capazes de intercalar presente e passado em perspectiva para o futuro.

Por consequência, as dimensões periodológicas com as quais os homens revestem o tempo nem sempre foram tão óbvias, principalmente no que diz respeito aos medievalistas (RUST, 2008). Pensar no fim da Idade Média requer, ao cabo, uma análise bastante criteriosa sobre a forma de como esse período é visto pela historiografia oficial, já que o fim deste costuma mudar, geralmente, a partir das concepções que os historiadores têm da História, enquanto disciplina e a partir de seus objetos de investigação.

2. A Idade Média sob ótica dos *Annalistas*

Segundo Almeida (2010) provavelmente foi no Humanismo italiano que tivemos os primeiros intentos de categorização do tempo no Medievo. Francesco Petrarca referiu-se a esse período com *medium tempus*, ou “época intermediária”, no sentido pejorativo do termo, já que sendo humanista tinha uma visão deturpada acerca dos homens medievais, formada em torno de duas categorias de avaliação: primeiro, sob o viés religioso, considerando que a Igreja medieval havia degenerado as bases do fundamento cristão, apegando-se a valores mundanos; segundo, sob uma perspectiva filológica. Ou seja, para os humanistas, os homens do medievo eram considerados indoutos, porque fizeram alterações no Latim, modificando-lhe drasticamente a estrutura linguística. Ademais, consideravam a cultura medieval como retrograda e sombria por ser fortemente dominada pelo misticismo religioso avesso à razão que engendrava o pensamento moderno. Sob a ótica categórica desses pensadores, a Idade Média passou a ser circunscrita num período compreendido entre a queda do Império Romano do Ocidente, em 476, e a tomada de Constantinopla pelos turcos em 1453 ou a descoberta da América, por Cristóvão Colombo em 1492. (LE GOFF, 2011)

Tal referência depreciativa espalhou-se pela Europa até o século XVII, reduzindo o período medieval a uma noção de completa ignorância, que ficou conhecido como um “período de trevas”. Doravante, a Idade Média foi categorizada pela historiografia tradicional como o período compreendido entre os séculos V e XV, como também, passou a ser classificada de período intermediário situado entre a clareza da Antiguidade grega e do renascimento desta na época Moderna:

Até o fim do século XVIII, a imagem dominante da Idade Média, elaborada e imposta pelos humanistas e depois pelos filósofos das Luzes, era a de uma idade bárbara e obscurantista, dominada pelos senhores incultos e predadores e por uma Igreja opressiva e que desprezava o verdadeiro saber.

Era uma idade de trevas, definida em inglês como *Dark Ages*, “tempos sombrios”.

(LE GOFF, 2011, p. 12)

No entanto, a partir do século XIX com o advento do Romantismo, houve um interesse crescente pelas raízes nacionais e o resgate das tradições populares calcadas numa visão folclórica da Idade Média, mitigando o conceito depreciativo de “Idade das Trevas”, como assegura Le Goff (2009, p. 25): “Em compensação, o Romantismo ressuscitou as lendas e mitos da Idade Média, fê-las renascer no imaginário, em realidade uma lenda de ouro”.

Os românticos tinham um verdadeiro fascínio pelo medieval e via na sociedade medieval um ideal de unidade entre vida e poesia, indivíduo e comunidade, religião e política e arte. Essa unidade já não fazia mais parte da sociedade e da cultura secularizada e cindida da Europa do final do século XVIII e início do século XIX.

A referência depreciativa vai sendo modificada e, a partir do século XX, através das inovações trazidas pela História Social liderada, principalmente, pelo historiador Marc Bloch. Nesse momento há uma revisão do ponto de vista crítico-metodológico, questionando a periodização da história tradicional vigente, sobretudo no que diz respeito à Idade Média.

No intento de reconsiderar os estudos medievais, especialmente no tocante aos seus limites temporais, estes historiadores passaram a levar em consideração não só o contexto histórico e sociocultural, como também, a forma como o indivíduo configurava a sua realidade. Agora, dados mais subjetivos, como ações coletivas, pensamentos, reações das pessoas diante de eventos sociais, passava a ser incorporado à análise. Além das fontes documentais escritas, manifestações artísticas, como a arquitetura e a poesia (oral ou escrita) passaram a ter um valor histórico, inserido no plano da mentalidade, que passou a ser objeto de pesquisa da História Cultural.

Métodos e problemáticas da História foram repensados. Entretanto, suas reflexões permaneceram muito mais no campo da epistemologia do que propriamente da teoria histórica. A História-problema, defendida por Lucien Febvre e Marc Bloch, muito mais pelo primeiro, foi produzida visando ao ofício do historiador. Suas obras seriam o modelo a ser seguido, por isso não se dedicaram à composição de nenhum tratado de teoria. Somente as gerações posteriores a esses dois historiadores, chamados os pais fundadores dos *Annales*, buscaram a sistematização de metodologias e esboços de uma possível teoria, inspirada por diversas ciências – lingüística, geografia, psicologia, antropologia, sociologia, entre outras.

Os *Annalistas* observaram que o modo de ver e sentir das pessoas mudava muito lentamente, constatando que a tecnologia do Mercantilismo e o desenvolvimento da Idade Moderna não mudaram as crenças, os hábitos e as sensibilidades automaticamente. Assim, dá-se início a uma revisão periodológica mais consentânea empiricamente com a extensão do

tempo no medievo europeu voltados à duração e à natureza dos acontecimentos, pormenorizando, aliás, os dados psicológicos, considerados essenciais para este tipo de análise história.

A publicação de *Os Reis Taumaturgos*, em 1924, representa este avanço da retificação cronológica da Idade Média. A obra escrita por Marc Bloch refere-se à “História do Milagre da cura das escrófulas” que aconteceu na França e na Inglaterra. Com base nesse fato histórico, particularmente, o autor faz uma análise de como aspectos do maravilhoso que possuíam os monarcas naquela época subsistindo ao longo do tempo no senso comum das pessoas que, de geração em geração, vão subvencionando a história das culturas; observou-o como um problema de longa duração. Ou seja, na França do século XVIII ainda havia pessoas que buscavam o rei para tocar nas suas escrófulas, pois acreditavam que estes tinham o poder de curá-las.

Este hábito resulta bastante anacrônico para um século que cultuava a razão, diametralmente oposta, ao misticismo religioso medieval que acionava esses movimentos populares.

Bloch (1998) observa que em se tratando dos gêneros das representações coletivas, faz-se necessário trabalhar o princípio da verossimilhança, pois, muitas vezes tais referências não constam na história oficial. Por conseguinte, a partir da apreciação empírica desse fenômeno específico de “reis taumaturgos”, que não era relatado na história oficial e, no entanto, se repetia ao longo do tempo, Bloch (1998, p.69) acrescenta “Mas como já sabemos, os reis taumaturgos dos séculos XI e XII não precisam rejeitar parte da sua herança ancestral.”

Desta forma, muito da herança cultural fazia parte do acúmulo de substratos mentais sedimentados ao longo da história da humanidade e projetava-se em determinado período de acordo como as pessoas daquela sociedade pensa e configura o mundo ao seu redor.

Almeida (2010) defende que o livro foi fundamental para esboçar o conceito sobre História das Mentalidades¹ aplicado à História Medieval, desenvolvido pelos *annalistes* Lucien Febvre e Marc Bloch, divulgado na revista dos *Annales*, em Estrasburgo, 1929.

Agora havia um movimento crítico voltado aos estudos dos mitos da Idade Média, reconsiderando, pois, o tempo, na medida em que a cronologia ia sendo modificada pelo conceito de “longa duração” de Fernand Braudel (1949)².

A escola dos *Annales* promoveu uma renovação teórico-metodológica na historiografia

¹ É importante salientar que o termo “mentalidades” é usado no plural até a década de 90. A partir de então, ele é revisto e utilizado no singular conforme o artigo de JÚNIOR, Hilário Franco. “O fogo de Prometeu e o escudo de Perseu. Reflexões sobre mentalidade e imaginário” In: **Signum**, Revista da Abrem, Associação brasileira de Estudos Medievais. Nº. 5. 2003.

² O conceito de “longa duração” foi criado pelo francês Fernand Braudel e utilizado em sua tese de doutorado de 1949 intitulada *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*. A partir desse conceito, ele introduziu uma nova maneira de abordar os acontecimentos históricos, sobretudo, nos de *longa duração*.

francesa, estendendo a outras partes do mundo ocidental seus métodos de análise, que incorporaram uma simultaneidade marcada pela assimétrica influência do passado no presente (ALMEIDA, 2010). Desta maneira, acerca-se mais aos fatos em sua gênese ontológica, numa conjectura mais coerente com a realidade histórica que eles subentendem em contraposição à marcação periodológica da historiografia canônica.

O livro de Marc Bloch abre novas possibilidades de análises ligadas às representações do medievo, aliás, muda a forma de como a historiografia conceituaria o fim da Idade Média. Em consequência, essas ideias foram recapituladas por Jacques Le Goff e elevadas a um novo campo de reflexão a respeito das temporalidades que o ajudaram na formação do seu conceito sobre “longa Idade Média”. Este ganharia corpo nos anos 80 do século XX, causando grande reviravolta nos estudos medievais doravante.

3. O conceito de uma “longa Idade Média” e o sertão nordestino

Jacques Le Goff, da terceira geração dos *Annales*, amplia os objetos de pesquisa associados às discussões sobre as temporalidades. Este autor partiu do princípio de que o Renascimento do século XVI representou mais um dos renascimentos pelos quais a Idade Média passou desde o Renascimento Carolíngio. Ele defendia que se prolongava do século IV ao XVI, porque não teria havido uma ruptura que configurasse uma mudança organizacional ou de comportamento relevante.

Em sua opinião, o que havia era a continuidade de uma estrutura sócio-organizacional que se repetia numa dependência rural à mercê de fomes, debilidade nos meios de produção, a burguesia sem chegar ao poder, o controle da Igreja, uma mentalidade “feudal” e os reis se prolongando no poder:

Acredito portanto numa longa Idade Média porque não vejo a ruptura do Renascimento. A Idade Média conheceu diversos renascimentos, o carolíngio do século IX, mas principalmente o renascimento do século XII, e ainda os dos séculos XV-XVI se inscreve nesse modelo. Sem dúvidas o nascimento da ciência moderna no século XVII (porém o caso Galileu, em 1633, é Idade Média) e os esforços dos filósofos das luzes no século XVIII anunciam uma era nova. Mas é preciso esperar o fim do século XVIII para que a ruptura se produza: uma revolução industrial na Inglaterra, depois a Revolução Francesa nos domínios político, social e mental trancam com chave o fim do período medieval. A Idade Média se situa entre uma lenta mutação, que judiciosamente de algum tempo para cá se chama de ‘Antiguidade tardia’, denominação melhor do que Alta Idade Média (aquela que começa mais tarde, por volta dos séculos de VI a VIII. Entretanto, como a história conserva sempre uma parte de continuidade, fragmentos de Idade Média sobrevivem durante o século XIX. (LE GOFF, 2011, p.14-15).

Nessa longa citação, o autor consolida o seu conceito de “longa Idade Média” partindo do pressuposto de que período não pode resultar somente de datações cronológicas: “um período não pode ser apenas de uma atribuição cronológica (o século aparecendo no fim do século XVI e se estabilizando no século XIX), mas também de uma imagem surgida a partir de uma ideologia e do imaginário.” (LE GOFF, 2011, p. 12).

O conceito de “longa Idade Média” pode ser aplicado às questões referentes à medievalidade que subsiste no sertão nordestino, uma vez que o modo de sentir e pensar que assente os substratos mentais sofrem mudanças muito lentamente e não obedecem, necessariamente, a períodos históricos que apresentam um início e um fim preestabelecidos. Como acentua o autor:

Não é, contudo, um desses problemas que se enunciam em perspectiva cronológica nem comportam pendências entre os dois termos: acima, época distante em que nos reinos bárbaros tomavam consistência as futuras línguas européias; abaixo o mundo “moderno”, burguês e mercantil. Entre os dois (convencionou-se, às vezes, para simplificar, designá-la como tal) estaria a nossa Idade Média- expressão contestável (...). De um ponto de vista global, participo da opinião de J. Le Goff, sobre a existência de uma “longa Idade Média” entre o século IV e o início da era industrial. É maior a necessidade de marcar as nuances e produzir alguma periodização. As fronteiras recortam o tempo tanto quanto o espaço: tão frouxas quanto reais, aqui e ali. (ZUMTHOR, 1993, p.24)

Em se tratando da cultura sertaneja, não é forçoso admitir que haja forte presença do elemento medieval que atravessa o tempo e continua como fonte de inspiração. Sabemos que os primeiros colonizadores vieram imbuídos da mentalidade medieval plasmada em seus usos e costumes:

Muitas das clássicas interpretações sobre o Brasil parte do “fato” dele ter sido ‘descoberto’ em 1500, no começo da ‘Idade Moderna’ sem considerar a longa história que os seus colonizadores europeus, permanentes ou circunstanciais, trazem consigo. (FRANCO JUNIOR, 2006, p.81)

O historiador ratifica que as raízes que compõem o nosso país são bem anteriores a 1500, “Elas encontram-se no período que há muito se convencionou chamar de Idade Média” (FRANCO JUNIOR, 2006, p.82). No entanto, segundo esse autor, muitos historiadores se preocupam em definir as origens do Brasil a partir do seu “descobrimento”, sem se preocupar com a memória histórica, as instituições e a mentalidade que o colonizador traz consigo. Tenta-se assim, contudo, negar as influências dos elementos históricos ultrapassados da metrópole em prol da busca de uma autonomia identitária.

Mas, é inegável a influência do colonizador e isso não enquanto nação, e assegura o autor: “Nenhum diagnóstico- portanto, nenhum prognóstico do Brasil será possível sem

considerar a herança medieval que ainda age sobre nós. Dentro de nós”. (FRANCO JÚNIOR, 2006, p. 83)

Segundo Weckmann (1996) Portugal e Espanha, diferente das outras partes da Europa, não foram tão influenciadas pelas ideias renascentistas. Fato justificado pelo tipo de literatura anacrônica que se produzia à época das Grandes Navegações, cuja temática girava em torno de temas cavaleirescos, como também, mais voltados ao misticismo religioso, cujos personagens que protagonizavam tais romances ou novelas eram geralmente monges ou padres jesuítas guerreiros. (MOISÉIS, 2008)

Como consequência, os cancioneiros brasileiros e das outras colônias latinas apresentaram como características a continuação dessas gestas medievais. A produção literária herdada dos romances ibéricos e perpetuada pela tradição popular consagrou o ciclo carolíngio³, como também, narrativas bíblicas e orientais. Estes são os responsáveis pelas primeiras sementes, que ainda florescem e dão frutos cultura nordestina. (SIQUEIRA, 2007)

De fato, a Idade Média subsiste a partir das ideologias surgidas com ela e que ainda persiste no imaginário por ela gerado. O filão medieval no sertão é projetado numa expressiva literatura, como também, em outras expressões artísticas, estendendo-se a outras áreas socioculturais que permeiam hábitos e costumes do sertanejo. Este cabedal cultural é formado por um processo de longa duração histórica.

Muitos medievalistas se aprofundaram no conceito relativo a uma “longa Idade Média”, dentre os quais podemos citar Jérôme Baschet, responsável por aplicá-lo à América Colonial.

Baschet (2006) defende a Reconquista associada às Grandes Navegações e à consolidação da unidade como um dos os grandes responsáveis pelo prolongamento da Idade Média no Novo Mundo. Assegura que a escolha de São Tiago como padroeiro dos colonizadores hispânicos não se deu por acaso, a julgar pela alcunha do santo que era “Matamoros”. Isto exprime a continuidade do expansionismo cristão nas colônias ibéricas.

É muito comum encontrar nas colônias portuguesas e espanholas a forte personificação do espírito cruzadístico. Um dos temas recorrentes é o evento Cristãos e Mouros (MEYER, 1993). Este inclui uma série de práticas, de costumes, de criações literárias, de festas que faziam parte sociedade rústica brasileira. Segundo a autora, essas manifestações “tiveram um papel de agrupamento social” (MEYER, 1993, p. 11). Elas aconteciam em volta da capela ou de um outro núcleo comunitário e eram praticamente associadas a comemorações religiosas. Evento também recorrente em outras práticas tradicionais como os ditos, causos,

³ Ciclo de aventuras de Carlos Magno. (FERREIRA, 1993, p.10)

servindo, assim, de fonte de inspiração à literatura popular, por configurar o imaginário e a história.

Este tema é uma sobrevivência portuguesa que floresceu nas colônias. A história de Carlos Magno e de seus paladinos foi amplamente divulgada por toda América colonial, especialmente em terras brasileiras. Fato que pode ser explicado pelo momento que estava em voga à época das Grandes Navegações: Cruzadas e a Reconquista.

O ciclo carolíngio perpetuou esse conflito em várias manifestações artísticas, como folgedos, cavalcadas, cantigas e, sobretudo, na literatura de cordel. (MEYER, 1993). Este se adaptou bem à nova sociedade por transcender o seu sentido original, a luta de cavaleiros cristãos contra os mouros infiéis, chegando ao nível das representações, na luta do Bem contra o Mal.

Dessa maneira, atestamos o quanto são fluidos os fatos que delimitam os eventos históricos espaço-temporais que foram demarcados pela historiografia canônica:

Na historiografia oficial, as demarcações canônicas para os períodos são muito genéricas e abrangentes. Indicam um processo em curso e, por muito metodológicos ainda que discutíveis, fixam momentos pontuais que podem ser questionados quando se aborda uma realidade específica. (VASSALLO, 1993, p.15)

Destarte, compreendem-se, assim, os aspectos históricos enriquecendo a crítica literária aqui praticada, pois partimos do princípio de que o poeta plasma em seus textos o imaginário que lhe é legado pelo tempo e pelos padrões sociais, oriundo dos costumes, crenças e hábitos da sociedade da qual faz parte e, perante os quais, age e é influenciado, sem saber ao menos a sua origem cultural, atualizando, pois, toda uma herança cultural de acordo com o seu entusiasmo artístico. E este imaginário se apresenta, notadamente, sob forte influência da mentalidade medieval, herdada do colonizador ibérico.

No entanto, o que nos intriga é o fato de que alguns vestígios não se detêm somente ao início da colonização. Mas continuam como fonte nascente, influenciando a produção cultural em pleno século XXI enriquecendo, por sua vez a cultura popular do sertão nordestino.

4. Conclusão

Com base no que foi exposto há dois sertões em confluência: um que vem se modernizando e outro que recria e perpetua uma herança medieval. Este legado do medievo se configura, na cultura popular, sobretudo, na literatura de cordel. E é exatamente esse sertão imemorial que nos desafia, assim como, a persistência do ciclo carolíngio como uma das fontes mais profícuas da cultura cordelística nordestina. Franco Júnior (2003, p. 94) afirma que obras literárias e artísticas “podem revelar muito de seu sistema de valores e das formas inconscientes de sentir e agir da sociedade que as produziu e consumiu.”

O ciclo carolíngio tem a sua origem nas novelas cavaleirescas⁴. O ideal de cavaleiro andante e o seu gosto por aventuras e torneiros perduram esse imaginário medieval, que é reapropriado, por conseguinte, pelo imaginário do sertanejo.

O fato de fazer parte de uma região cuja tradição gira em torno da criação de gado também o retroalimenta, uma vez que o sistema de valor que configura essa sociedade é bem próximo do feudal, aproximando os habitantes do sertão a essa atmosfera cavaleiresca ancestral, uma vez que há nessas lendas a imagem ideal da ordem social. (SIQUEIRA, 2009)

Assim, a “longa Idade Média” subsiste ao tempo, transpassando espaços, mas, sobretudo, recriando-se através do seu imaginário. Suas lendas e mitos que foram trazidas pelo colonizar constituem uma das grandes fontes de inspiração da literatura de cordel.

⁴ É importante destacar que a novela cavaleiresca se populariza em Portugal somente no século XVI, quando se intensifica o intercâmbio com o Brasil, como assegura Moisés (2006, p.66): “A matéria cavaleiresca, que havia sido cultivada na Idade Média, através das traduções francesas, se nacionalizou [...] na época áurea da cavalaria em Portugal, facilmente explicável pelo bifrontismos cultural que havia em no século XVI.”

5. Referência bibliográfica

- ARISTÓTELES. **Sobre a Alma**. Trad. Ana Maria Lóio. Imprensa Nacional-Casa da Moeda: Lisboa, 2010.
- ALMEIDA, A. C. L. **Pensando o fim da Idade Média: a longa Idade Média de Le Goff e a colonização da América de Baschet**. Revista tempo de conquista., v. 7, p. 1 – 15, 2010.
- BASCHET, Jérôme. **A civilização feudal: do ano mil à colonização da América**. São Paulo: Editora Globo, 2006.
- BRAUDEL, Fernand. **História e Ciências Sociais: A Longa Duração. Escritos sobre a História**. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- BUÑEL, Luis. **Mon dernier soupir**. Paris: Robert Laffont, 1994
- BURKE, Peter. **Hibridismo Cultural**. São Leopoldo: Unisinos, 2003.
- _____. **Cultura Popular na Idade Moderna**. São Paulo: SchwarczLtda, 1989.
- _____. **A Escola dos Annales (1929-1989): A Revolução Francesa da Historiografia**. 2ª ed. São Paulo: Unesp, 1992.
- CÂMARA CASCUDO, Luís da. **Mouros, Franceses e Judeus: Três Presenças no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Global, 2001.
- _____. **Os cinco livros do Povo**. 2ª ed. Fac-similada. João Pessoa: Ed. Universitária UFPb, 1979.
- FERREIRA, Jerusa Pires. **Cavalaria em cordel: o passo das águas mortas**. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1993.
- FRANCO JÚNIOR, Hilário. **O fogo de Prometeu e o escudo de Perseu. Reflexões sobre mentalidade e imaginário**. *Signum* – Revista da ABREM. São Paulo: ABREM, nº 5, 2003.
- _____. **Raízes medievais do Brasil**. In. Revista USP, São Paulo, n.78, p. 80-104 jun/ago, 2008.
- LE GOFF, Jacques. **História das mentalidades uma história ambígua**. In. LE GOFF e NORA P. História: novos objetivos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- _____. **O imaginário medieval**. Lisboa: Estampa, 1994.
- _____. **Heróis e Maravilhas da Idade Média**. Trad. Stephania Matousek. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009
- _____. **Uma longa Idade Média**. Trad. Marcos de Castro, 3ª Edição: Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2011.
- MEYER, Marlyse. **Autores de cordel**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- _____. **De Carlos Magno e outras histórias. Cristãos e Mouros no Brasil**. Natal: UFRN. Ed. Universitária: CCHLA, 1995.
- MÓISES, Massaud. **A literatura portuguesa**. São Paulo: Cultrix, 2006.

RUST, Leandro Duarte. **“Jacques Le Goff e as representações do tempo na Idade Média”**. In: Fênix- Revista de História e Estudos Culturais. Abril/Maio/Junho de 2008 vol. 5, Ano. V, nº 2. ISSN: 18076971.

SCHMITT, Jean Claude. **Imagens. Dicionário Temático do Ocidente Medieval I**. Organizadores Jacques Le Goff e Jean-Claude Schmitt. Bauru, São Paulo: Edusc, 2006.

SIQUEIRA, Ana Marcia Alves. **O cabeleira entre a tradição e o cientificismo: a construção do herói sertanejo e o projeto educacional de Franklin Távora**. Tese. 2007. 235f. (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

_____. **“O ciclo carolíngio na literatura de cordel nordestina”**. In: VIII Jornada de Estudos Antigos e Medievais/O conhecimento do Homem e da Natureza nos Clássicos, 2009.

_____. **“A Cavalaria de Couro: simbologia e residualidade na literatura regionalista”**. In. História Antiga e Medieval: simbologias, influências e continuidades/cultura e poder. São Luís: EUMA: Cogito, Ergo, Sum, 2011. p123- 143

VASSALLO, Lígia. **O sertão medieval: origens europeias do teatro de Ariano Suassuna**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993.

ZUMTHOR, Paul. **A letra e a voz: a “literatura” medieval**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. **Introducción a la poesía oral**. Madrid: Taurus, 1991.

_____. **Escritura e nomadismo**. Trad. Jerusa Pires Ferreira e Sônia Queiroz. São Paulo: Ateliê, 2005.